

**ACTA**

Aos dez dias do mês de Novembro do ano de dois mil e onze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

O Presidente da Câmara informou que considerando a proposta hoje agendada relativamente ao AVEPARK, estavam hoje presentes nesta reunião o Professor Emídio Gomes e o Professor Manuel Mota, respectivamente, Presidente da Rede de Parques de Ciência e Tecnologia e Presidente da Sociedade Gestora do AVEPARK, para fazerem um enquadramento da situação actual do AVEPARK. Neste contexto, o Prof. Emídio Gomes explicou a nova estratégia definida para o Avepark, referindo que era importante que o Município, enquanto accionista, assegurasse os encargos decorrentes do empréstimo bancário que permitiu a criação do AVEPARK, sob a forma de subscrição de capital, assumindo o órgão de gestão a responsabilidade de angariar mais projectos para o AVEPARK, ficando, de forma clara, separada a responsabilidade da amortização do investimento dos custos de exploração. De seguida, o Professor Manuel Mota fez uma

retrospectiva sobre a criação do AVEPARK, manifestando-se convicto de que, no próximo ano, as entidades instaladas naquele empreendimento possam gerar um volume de negócios superior a 25 milhões de euros. Disse estar optimista quanto à possibilidade de assegurar os custos operacionais, adiantando que existem perspectivas para a instalação de novas empresas nos lotes que continuam disponíveis. O Vereador José Manuel Torcato Ribeiro considerou a metodologia correcta, perguntando qual o esforço financeiro esperado da Câmara Municipal. O Vereador André Coelho Lima disse que estava preocupado que a estrutura não gere receitas suficientes para pagar a dívida, dizendo que era importante perceber duas questões essenciais que tem que ver com o diagnóstico da situação e qual a terapêutica necessária. Perguntou, ainda, se a instalação do Instituto Ibérico de Nanotecnologia em Braga pôs em causa o Avepark. Em resposta aos Vereadores que colocaram aquelas questões, o Professor Manuel Mota afirmou que o ónus do financiamento da dívida contraída é muito elevado e qualquer movimento relacionado com a venda de lotes será abatido à dívida. Explicou que com a aprovação deste acordo, a partir de 1 de Janeiro de 2012 não será o Município mas sim os outros accionistas a assumir a gestão corrente. Por último, disse que no próximo ano esse compromisso, caso o AVEPARK não pudesse assumir, representaria um encargo de 740 mil euros para o Município.-----

De seguida, o Presidente da Câmara deu a palavra aos Vereadores para que fizessem as suas intervenções antes da ordem do dia. ---

1 – Vereador José Manuel Torcato Ribeiro – a) - Pediu explicações sobre as declarações quanto à rescisão do contrato da ex-presidente da Fundação Cidade de Guimarães; **b)** – Quis saber se no próximo dia 24 se vai realizar a reunião ordinária da



Câmara Municipal, uma vez que está agendada uma greve geral para esse dia. **2 – Vereador André Coelho Lima** – Disse que, na última reunião de Câmara, havia feito uma intervenção sobre a redução dos mandatos dos membros do Conselho de Administração da Fundação Cidade de Guimarães, à qual o Presidente de Câmara não respondeu. Continuou, referindo ter verificado depois pelos jornais que o Presidente da Câmara deu a sua resposta, no período de perguntas da comunicação social. Assim, disse que *“o senhor tem o direito de não me responder, é uma atitude politicamente censurável mas legítima, mas não tem o direito de, não me respondendo, o fazer apenas depois pela comunicação social. Desde logo, por uma questão de correção e lealdade institucional, o que se tem que dizer aos vereadores diz-se na reunião em que eles estão presentes, não se mandam recados pela imprensa. E depois, na resposta que me deu na minha ausência, acusou-me de hipocrisia, pois o que eu lhe tenho a dizer, o que lhe digo de frente, é que esta atitude, qualifico-a de cobardia.”* **3 – Presidente da Câmara** – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** - Sobre as notícias na comunicação social, quanto à Fundação Cidade de Guimarães, disse que não responderia à questão, por entender tratar-se de um assunto reservado; **b)** – Relativamente à data da próxima reunião de Câmara disse que se realizará no dia 24 de Novembro, informando que não estará presente porque tem um compromisso em Sintra, no qual estará acompanhado pela Vereadora Alexandra Gesta, na Assembleia-Geral das Cidades Património Cultural da Humanidade; **c)** - Sobre a intervenção do Vereador André Coelho Lima disse que as suas declarações à comunicação social tiveram como objectivo uma informação à comunidade e não uma resposta aos vereadores. -----

-----**INFORMAÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Do plano de inserções da campanha publicitária do Guimarães Jazz 2011 nos vários canais da RTP (RTP1, RTP Memória, RTP2 e RTP Informação), que decorreu entre ao passados dias 3 e 9 de Novembro; **2** – Da informação preliminar sobre a comemoração do 10.º aniversário da classificação do Centro Histórico de Guimarães como Património Cultural da Humanidade. -----

-----**-ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1 – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 2 de Novembro de 2011, que concordou com uma informação da Divisão de Património Municipal para venda, em hasta pública, dos veículos abaixo descritos, por já não terem interesse para os serviços do Município. -----

Nº	Marca/Modelo	Matrícula	Ano	Cor	Características
1	Volvo FS7 40(4x2)	36-12-BS	1993	Branco e outra	Pesado especial para limpeza urbana
2	Renault 4L	FN-97-59	1978	Bege	Ligeiro de passageiros
3	Renault 4L	GV-97-80	1981	Bege	Ligeiro de passageiros
4	Citroen ZX	43-06-GU	1996	Branco	Ligeiro de passageiros
5	Volvo S40	94-41-HD	1996	Preto	Ligeiro de passageiros
6	Toyota Dyna BU80L	PT-72-26	1986	Branco	Pesado de mercadorias

2 – Do despacho da Vereadora Francisca Abreu, datado de 3 de Novembro de 2011, que concordou com a seguinte informação dos Serviços de Educação: "**Alteração do valor das verbas a transferir a Entidades para encargos com pessoal em refeitórios e prolongamento de horário – Ano civil de 2011.** - **Acordo de Cooperação da Educação Pré – Escolar** - Foi para conhecimento, em Reunião de Câmara de 18 de Novembro de



2010, a transferência de verbas a entidades para assegurar os encargos com pessoal para o desenvolvimento das actividades de animação e apoio à família (almoço e prolongamento de horário) nos jardins-de-infância da rede pública, ao abrigo do Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar. Considerando que: em resultado do reordenamento da rede escolar, neste ano lectivo, as EB1/JI Monte/Arosa e Paçô Vieira/Mesão Frio foram encerradas, e as crianças integradas em outros estabelecimentos de educação e ensino, designadamente da Póvoa de Lanhoso e no Centro Escolar de Infantas; com a entrada em funcionamento dos Centros Escolares de Ponte e Urgezes, foram criadas 4 novas salas de pré-escolar; de acordo com a informação dos Agrupamentos de Escolas, se verificou, na grande maioria dos jardins-de-infância, uma alteração do número de crianças a usufruir de almoço e prolongamento de horário, torna-se necessário proceder à actualização do valor das verbas a atribuir às Entidades, no período de Setembro a Dezembro, conforme discriminado nos mapas em anexo. Assim, propõe-se que o assunto seja submetido a Reunião de Câmara, para conhecimento das respectivas alterações. À consideração superior". Os referidos mapas dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. -----

-----DELIBERAÇÕES-----

CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2011. Foi dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – CENTRO DE FORMAÇÃO AVANÇADA PÓS-GRADUADA/DOMUS CIVIL – CONTA FINAL (ATÉ

RESCISÃO DE CONTRATO) – Presente, para aprovação, a conta final da obra em epígrafe (até rescisão de contrato), adjudicada a “Sociedade de Construções Guimar, S.A.”, no valor de €938.870,30 + IVA, sendo €923.282,28 + IVA de trabalhos contratuais e €16.588,04 + IVA da revisão de preços provisória, bem como o auto final no valor de €40.197,35 + IVA.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DO CENTRO DE FORMAÇÃO AVANÇADA PÓS-GRADUADA/DOMUS CIVIL – ADJUDICAÇÃO

– Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao Ajuste Directo identificado em epígrafe, em anexo, que propõe a adjudicação ao concorrente “António da Silva Campos, S.A.”, pelo preço de €1.262.500,00 (um milhão duzentos e sessenta e dois mil e quinhentos euros) + IVA, para um prazo de execução de 150 dias. O Relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luisa Oliveira e André Coelho Lima.-----

O Vereador José Manuel Antunes solicitou que a sua intervenção ficasse a constar da acta, pelo que a seguir se transcreve: “No ponto anterior votamos a conta final até à rescisão da obra com a GUIMAR. Os técnicos municipais validaram o montante de €938.870,30. Na deliberação para início de procedimento do Ajuste Directo sobre o restante da empreitada em falta, o PSD manifestou reservas sobre os critérios adotados para a seleção dos empreiteiros a convidar para o ajuste direto e sobre o valor base que a Câmara assumiu para a sua execução: €1.270.000. No concurso público lançado para a execução da obra resultou um relatório final que apontava como primeiro



classificado a empresa Construções Guimar e a adjudicação no montante de €1.868.000. A empresa António da Silva Campos S.A. também se apresentou a concurso com uma proposta de €2.058.000 tendo sido classificada em segundo lugar. A empresa Combitur com uma proposta de €2.304.590,04 foi classificada em vigésimo lugar. No ajuste direto para a conclusão da obra a Câmara convidou as empresas e as suas propostas constam do quadro abaixo: -----

	Valor base	Proposta	Desvio
António da Silva Campos, SA	1.270.000 €	1.262.500,00 €	- 0,59 %
Combitur, SA	1.270.000 €	1.264.714,00 €	- 0,42 %
Costeiras Empreiteiros, SA	1.270.000 €	1.364.892,08 €	Excluída

Como se compreende que uma empresa que concorreu na primeira fase com um valor de €2.058.000, seja agora convidada e tendo como correto e rigoroso o trabalho dos intervenientes, técnicos municipais e outros que validaram obra executada no montante aproximado de €938.870,30 seja agora adjudicada por €1.262.500. Um empreiteiro que se propôs inicialmente executar uma obra por €2.058.000 vai executar agora a mesma obra e a CMG vai pagar €2.201.370,30. Estamos perante uma derrapagem de €140.370,30 e os munícipes é que vão pagar". -----

OBRAS PÚBLICAS – RESIDÊNCIA PARA ARTISTAS – OLIVEIRA DO CASTELO – ERROS E OMISSÕES – Presente a seguinte proposta: "Por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 24 de Outubro de 2011, exarado na informação que se anexa, foi aprovada a lista de erros e omissões aceites, respeitante ao procedimento da "Residência para Artistas – Oliveira do Castelo". De acordo com o estabelecido no n.º 5 do art. 61º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, a lista de erros e omissões deveria ter sido aprovada pelo órgão competente para decisão de contratar, neste caso a Câmara Municipal. Contudo,

verificando-se incompatibilidades entre os prazos estabelecidos por aquele diploma legal para a disponibilização da lista de omissões aceites e a periodicidade das reuniões de câmara, o Sr. Presidente aprovou a respectiva lista. Submete-se pois, a ratificação do executivo camarário o despacho do Sr. Presidente da Câmara de 24 de Outubro de 2011". A lista de erros e omissões dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE MESÃO FRIO – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "A Junta de Freguesia de Mesão Frio procedeu à pavimentação da Rua Combatentes do Ultramar, que tinha sido danificado pela ruína recente de um muro de suporte de terras. Apesar da intervenção não ter sido objecto de prévio protocolo com o Município, considera-se que a sua execução foi de extrema importância pois não só contribuiu para a reparação do piso da rua, como para sustentar o muro de suporte de terras que ruuiu recentemente e foi reconstruído. O Departamento de Obras Municipais efectuou a quantificação dos trabalhos executados cujo orçamento é de €18.925,49. Assim, proponho a transferência da verba de €18.925,00 (dezoito mil novecentos e vinte e cinco euros) para a Junta de Freguesia de Mesão Frio, destinada ao pagamento da obra executada, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 66º da Lei n.º 169/99 de 18 de Agosto, alterado e republicado pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PROTOCOLOS – PROTOCOLO COM A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA – FORMAÇÃO DE AGENTES MUNICIPAIS – Presente a seguinte proposta do Vereador José



Augusto Araújo: “**1.** No âmbito de procedimento concursal aberto por aviso publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 58 de 24 de Março de 2010, foram admitidos 20 candidatos a estágio para agentes de Polícia Municipal. Este estágio, depois de uma primeira fase de formação ministrada pela Fundação CEFA, comporta uma componente de formação cuja 2ª fase do Curso de Especialização é da responsabilidade da Polícia de Segurança Pública, através da Escola Prática de Polícia, em Torres Novas, conforme previsto no artigo 12.º, n.º 4 do Decreto-Lei n.º 39/2000, de 17 de Março, conjugado com a Portaria n.º 247/2000, de 8 de Maio, com início previsto para 21 de Novembro próximo e termo em 18 de Janeiro de 2012. **2.** Constituem encargo do Município de Guimarães as despesas de estada e alimentação dos formandos durante o período de formação (cfr. n.º 6 do artigo 11.º da referida Portaria). **3.** Reunindo a Escola Prática de Polícia todas as condições para assegurar o alojamento e a alimentação dos estagiários, sendo tais condições economicamente mais vantajosas para o Município do que o pagamento de ajudas de custo ou a contratação de serviços em unidades de alojamento hoteleiro ou similar, e considerando que, nos termos do disposto na al. h) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara deliberar sobre a colaboração em projectos ou programas de interesse municipal, em parceria com outras entidades da administração central, propõe-se a aprovação do protocolo de colaboração cuja minuta se anexa”. A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

REGULAMENTOS – REGULAMENTO DO MERCADO DAS ANTIGUIDADES E DA SEGUNDA MÃO – Presente a seguinte informação do Vereador Amadeu Portilha: “Decorrente da realização da Feira das Antiguidades e Velharias verificou-se não só uma crescente procura de lugares para a venda de artigos usados como de compradores, tendência que se manterá nos próximos tempos, pelo que o actual espaço é manifestamente insuficiente e inadequado para esse fim. Assim, procurando não desvirtuar o comércio de “objectos com história” que constituem exemplos vivos de um passado que importa preservar, e simultaneamente dar resposta à procura de lugares para o comércio dos restantes artigos, a Câmara Municipal propõe-se realizar este evento em dois espaços distintos, um dedicado exclusivamente ao Mercado das Antiguidades, na área do Centro Histórico, e um outro para o Mercado da Segunda Mão, no terrado do Mercado Municipal, ambos com melhores condições de exposição e venda, o que pressupõe a revisão do Regulamento em vigor. Deste modo submete-se à consideração superior a aprovação, pela Câmara Municipal e posterior aprovação pela Assembleia Municipal, do Regulamento do Mercado das Antiguidades e da Segunda Mão. Mais se propõe que a Câmara Municipal delegue, desde já, as suas competências no Presidente da Câmara Municipal, com faculdade de subdelegação no Vereador com competências delegadas nesta área, com vista à agilização dos procedimentos posteriores de instalação e gestão destes Mercados”. O Regulamento do Mercado das Antiguidades e da Segunda Mão dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**REGULAMENTOS – PROPOSTA DE REGULAMENTO PARA A ATRIBUIÇÃO DE CIRCUITOS TURÍSTICOS NO CONCELHO DE GUIMARÃES**

– Presente a seguinte proposta: “A dinâmica turística do Município de Guimarães tem motivado os agentes económicos, na procura incessante de novos produtos e serviços que fidelizem e atraiam os turistas, a apresentar aos órgãos do município propostas que potencialmente contribuirão para uma ainda maior valorização da nossa oferta turística e para a criação de riqueza no concelho. É o caso do manifesto interesse demonstrado por alguns desses agentes económicos na obtenção do licenciamento para desenvolvimento da actividade de exploração de circuitos turísticos. Considerando a importância estratégica que o turismo assume em Guimarães - Património Cultural da Humanidade e Capital Europeia da Cultura em 2012 - e o seu significado para a economia local, atendendo a que a exploração de circuitos turísticos pode proporcionar um contributo interessante para o desenvolvimento do sector, pretende-se com presente Regulamento, por um lado, assegurar o quadro regulamentar adequado a uma correcta actividade turística e económica a iniciar em Guimarães e, por outro, salvaguardar, desde o início, uma imagem turística condigna e de marca desta nova atracção turística. Para o efeito, e considerando o necessário equilíbrio financeiro à exploração de qualquer concessão, associado a um serviço de qualidade, preconiza-se a atribuição do(s) mesmo(s) em regime de exclusividade, durante o período de vigência, mediante procedimento concursal aberto. Ora, com base na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, a qual veio estabelecer o quadro de competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias, e no Código da Estrada, na sua actual redacção, muito concretamente,

no seu artigo 98.º, o trânsito de veículos de tracção animal deve ser objecto de regulamentação local, em tudo o que não estiver previsto naquele código. Neste contexto, por razões de certeza, segurança e paz jurídicas, entende-se como essencial definir um quadro regulamentar que estabeleça as regras de acesso ao exercício da actividade de exploração de circuitos turísticos. Assim, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, do preceituado na alínea a), do n.º 6 do artigo 64.º e alínea a), n.º 2, do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5 - A/2002, de 11 de Janeiro e artigo 55.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, submete-se à aprovação do executivo o Projecto de Regulamento em anexo. Propõe-se ainda a criação das seguintes taxas a integrar na Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais: Emissão ou renovação da licença para a exploração de circuitos turísticos em autocarro – €1.500,00 / veículo / ano; Emissão ou renovação da licença para a exploração de circuitos turísticos em veículo de tracção animal – €500,00 / veículo / ano; Vistoria das carruagens ou veículos afectos à exploração de circuitos turísticos – €35,00 / veículo; Controlo sanitário por cavalo - €25,00”. O Regulamento para a Atribuição de Circuitos Turísticos no Concelho de Guimarães dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “O PSD é favorável a esta pretensão, ainda que tardia, de procurar preparar a cidade para o incremento do turismo (que como é sabido, se tem verificado já nos últimos anos), e sobretudo de



regular a atividade dos que pretendam prestar serviços de transporte de turistas, por qualquer um dos meios constantes nesta proposta de regulamento. A ideia dos circuitos turísticos em Guimarães não é nova. Há cerca de 10 anos foi implementado e funcionou durante alguns meses um circuito em mini-bus, com uma guia profissional, que partia do Paço dos Duques, descia o Largo do Carmo, Avenida Humberto Delgado, Rua de Gil Vicente, Rua de Paio Galvão, Largo do Toural, Alameda de S. Dâmaso, Largo da República do Brasil, Teleférico, e regresso ao Paço dos Duques pela Avenida José Sampaio, Mumadona, Campo de S.Mamede, Igreja de S.Dâmaso. de Guimarães. Foi explorado pela agência de viagens "Diana Tours". O promotor da iniciativa veio a desistir porque chegou à conclusão que o fluxo turístico e o perfil dos turistas de Guimarães não era suficiente para sustentar o negócio. É igualmente sabida a intenção do proprietário do Centro Equestre Loureiro Velho, de explorar um circuito semelhante em charrete, pretensão a que sempre se opôs determinantemente o Presidente da Câmara, invocando razões de salubridade pública. Inclusivamente, certo dia, o referido proprietário do Centro Equestre Loureiro Velho chegou a pôr na rua várias charretes para passear um conjunto de empresários turísticos de uma região entre a Holanda, Alemanha e Bélgica (Maastrich, Liège, Aachen) que visitou Guimarães, pretendendo demonstrar ao Presidente de Câmara que tal circuito poderia ter viabilidade, utilizando-se mesmo uma bolsa para recolher todos os dejetos dos animais, visando demonstrar as possibilidades de utilização de tais meios, não gerando perigo em termos de salubridade. Apesar do Presidente de Câmara ter inclusive acompanhado a visita, tal não foi suficiente, mantendo a rejeição a estas práticas, já então utilizadas em várias cidades pela Europa fora. Agora (tal como já

nos habituamos em Guimarães, também nesta matéria o Presidente de Câmara vem atrás dos tempos), volvidos uma série de anos acaba por reconhecer que não havia razão para servir de obstáculo à normal evolução dos tempos e às pretensões dos promotores privados interessados na promoção deste tipo de circuitos, e nessa medida é-nos proposto este projeto de regulamento para análise. Posto isto, e como se trata de um projeto de regulamento, deixamos as sugestões dos vereadores do PSD, por forma a poderem ser tidas em consideração antes da apresentação da proposta de regulamento, e não apenas dum projecto de regulamento.

1. Este regulamento está feito numa perspetiva errada, na medida em que determina que é o candidato à concessão quem define o circuito e as paragens, o que pode permitir a concessão de várias licenças para visita aos mesmos pontos de interesse turístico, desde que feitas por ruas, sentidos ou horários diferentes, mas sobretudo, pode determinar a adoção de percursos indesejados ou menos interessantes. Em nossa opinião, o Município não poderá abster-se de contribuir na fixação dos circuitos e pontos de paragem, nem limitar-se a aprovar os sugeridos pelos candidatos às licenças. Só fará sentido submeter-se a concurso público um circuito turístico em que a entidade adjudicante determine previamente os pontos com interesse turístico a visitar, sem deixar essa prerrogativa nas mãos do candidato, como faz o artº 5º, nº 2, alínea a), quando diz que é o candidato à licença que terá de fazer constar do pedido para a abertura do procedimento o circuito e os pontos de paragem. Aliás, semelhante solução é especificamente adotada no art. 7º nº2 do projeto de regulamento, onde se refere que o traçado a percorrer pelos autocarros turísticos consta já no procedimento concursal.

2. O art.23º do projeto de regulamento



indica os deveres dos condutores e cocheiros. Em nossa opinião, há um dever que se encontra claramente em falta, que é a exigência do domínio, pelo condutor e/ou cocheiro, de línguas estrangeiras, designadamente do inglês e/ou castelhano. Deste modo cremos que ao artigo 23º deveria ser aditada uma alínea e), com os seguintes dizeres: e) Ter o domínio de línguas estrangeiras, nomeadamente o inglês e o castelhano. Ficam as sugestões que se considera deverem ser introduzidas no texto do regulamento, sendo que votamos favoravelmente, atendendo a que, como ficou dito no início, a ideia e a intenção de regulação subjacente, merece a nossa concordância". -----

REGULAMENTOS - REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS - ALTERAÇÕES À TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E À TABELA DE TAXAS E ENCARGOS NAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS –

Presente a seguinte proposta: "**1. REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS:** O Regime Jurídico das Taxas das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, e a nova Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, possibilitaram aos municípios a criação de taxas pelas utilidades prestadas aos particulares, geradas pelas suas actividades ou resultantes da realização de investimentos municipais, dentro das suas atribuições e competências, sempre balizadas pelos princípios da equivalência, da justa repartição de recursos e da publicidade, o que se traduz num reforço significativo da autonomia dos municípios na criação e regulação há muito esperada em matéria de taxas. Em contrapartida, tal implica um aumento da responsabilização nesta matéria, sendo imprescindível a criação de um instrumento claro e acessível, de aplicação transversal a

todos os Regulamentos do Município de Guimarães, ainda que de forma supletiva, que permita aos munícipes e serviços aceder e conhecer com facilidade as regras que lhes são aplicáveis. Além disso, não obstante as alterações pontuais que têm vindo a ser introduzidas, verifica-se a necessidade de revisão profunda do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças Municipais, de forma a assegurar a compatibilidade do mesmo com aqueles diplomas legais, ajustando-se à prática dos Serviços da Câmara. Pretende-se, portanto, através do Regulamento que agora se pretende aprovar, a criação de um quadro único, baseado no Código do Procedimento Administrativo, na lei que aprovou as normas da modernização administrativa, no Regime Jurídico das Taxas das Autarquias Locais, na Lei das Finanças Locais, na Lei Geral Tributária e no Código de Procedimento e de Processo Tributário, assente na simplificação de procedimentos, com melhoria do funcionamento interno dos Serviços, o que se traduzirá numa melhoria do serviço público prestado, com salvaguarda dos princípios da legalidade, da prossecução do interesse público, da igualdade, da imparcialidade, da capacidade contributiva e da justiça social. Esta proposta de Regulamento estabelece, na primeira parte, um conjunto de princípios que, sendo inspiradores de várias das soluções consagradas no Regulamento, também são assumidos como princípios pelos quais a administração municipal se deve pautar no exercício da sua actividade, designadamente no âmbito do seu relacionamento com os particulares. Na segunda parte são previstas regras de procedimento relativamente a algumas matérias específicas, para as quais não se justifica a criação de regulamentação autónoma, mas cujos aspectos particulares se torna ainda necessário concretizar. Esta segunda parte integra um conjunto de disposições comuns, de



aplicabilidade geral no domínio dos procedimentos de atribuição de licenças e autorizações municipais, designadamente no que se refere à determinação dos requisitos comuns dos requerimentos, notificações e alvarás, dos fundamentos comuns de rejeição liminar dos pedidos, dos deveres comuns dos titulares das licenças e autorizações e do regime comum de renovação, extinção e transmissão das licenças e autorizações. Na terceira parte são previstas regras de procedimento relativamente a algumas actividades específicas, para as quais não se justifica a criação de regulamentação autónoma, mas cujos aspectos particulares se torna ainda necessário concretizar. Na quarta e última parte prevê-se um conjunto de disposições respeitantes às bases de incidência objectiva e subjectiva, isenções e reduções, liquidação, cobrança, meios de pagamento (incluindo o pagamento em prestações), consequências do incumprimento e garantias. Propõe-se, assim, ao abrigo e nos termos dos art.ºs 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa, do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, dos artigos 15.º e 16.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, da Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-lei n.º 398/98, de 17 de Dezembro, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, do Código de Procedimento e de Processo Tributário, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 15/2001, de 5 de Junho, e alíneas a) do n.º 2 do artigo 53.º, e do n.º 6, do artigo 64.º, ambos do Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5 - A/2002, de 11 de Janeiro, a aprovação pela Câmara Municipal do Regulamento em anexo (**doc. 1**), para posterior envio e aprovação pela Assembleia

Municipal. **2. TABELAS DE TAXAS: a) TABELAS DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS** – Na sequência da entrada em vigor do novo Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (RG TAL), aprovado pela Lei nº 53-E/2006, de 29 de Dezembro, foi elaborado um trabalho de fundamentação económico-financeira das taxas municipais, em parceria do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA). Para evitar que este trabalho fosse renovado anualmente foi prevista, no Regulamento, uma forma de actualização anual conforme consta do art.º 26.º. Assim, "*os valores das taxas e outras receitas municipais previstos na Tabela serão actualizados anualmente, por aplicação do índice de preços do consumidor, sem habitação, havendo lugar ao arredondamento, ao cêntimo, do valor que resulta da referida actualização.*" Deste modo, alguns serviços municipais que pretenderam fazer alterações às taxas previstas na Tabela de Taxas, nomeadamente a criação de novas taxas fizeram-no com base num estudo económico-financeiro e com a respectiva fundamentação. Esta situação ocorreu, apenas, com os serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente, conforme consta das informações que se anexam como **doc. 2**. Proponho, assim, para o ano de 2012, e conforme consta do art.º 26.º do Regulamento, que todas as taxas municipais sejam actualizadas em 2,4%, que corresponde ao valor previsto pelo Banco de Portugal para a taxa de inflação para 2012, com excepção das taxas agora criadas, das taxas relativas às Zonas de Estacionamento de Duração Limitada (parcómetros), dos parques de estacionamento, e das taxas cobradas nos equipamentos municipais cuja gestão se encontra protocolada com as Cooperativas Tempo Livre e Oficina. As alterações agora introduzidas constam dos documentos que se anexam como



“docs. 3 e 4”. b) TABELA DE TAXAS E ENCARGOS NAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS – Foram ainda actualizados os valores relativos às taxas constantes da Tabela de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas, conforme documentos que se juntam como **“docs. 5 e 6”**. Proponho, para o ano de 2012, que todas as taxas municipais constantes desta Tabela sejam, também, actualizadas em 2,4%. Assim, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, e da al. a) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro e da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, proponho a aprovação das alterações à Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais e à Tabela de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas, já incluídas nos documentos que se anexam, para posterior envio e aprovação pela Assembleia Municipal. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL o Ponto 1** da proposta com voto contra do Vereador José Torcato Ribeiro, **o ponto 2. a)** com votos contra dos Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima e **o ponto 2. b)** com voto contra do Vereador José Torcato Ribeiro. -----

O Vereador José Manuel Antunes solicitou que a sua intervenção ficasse a constar da acta, pelo que a seguir se transcreve: “Na sequência da entrada em vigor do Regime Geral das taxas das Autarquias Locais o Município contratou o IPCA para a elaboração de um relatório para a fundamentação económico financeira das taxas municipais. Para que este trabalho continuasse a vigorar, foi prevista no Regulamento uma forma de actualização anual dos valores das taxas por aplicação do índice de

preços no consumidor. Este procedimento foi adotado e para 2012 o referido índice é de 2,4 %. Sucede que: -----

Artigo	2011	2012	Variação (%)
19 – horta pedagógica	5,11 €	12 €	134 %
20 – parque Mumadona – 1.1 a)	0,20 €	0,25 €	25 % s/ fundamento
1.2 e)	30 €	40 €	33,3 %
21 – estacionamento 1a)	0,60 €	0,75 €	25 %
21 – estacionamento 1b)	0,45 €	0,50 €	10 %
21 – estacionamento 3	11,62 €	20 €	72 %
21 – estacionamento 4	25,58 €	32,50 €	27 %
22 – deslocações despesas com o veículo	0,50/km	0,60/km	20 %
22 – com portagens	0,60/km	0,70/km	16,7 %
26- publicidade em veículos	11,53 €	15 €	30 % s/ fundamento
39 cemitérios 1a)	16,78 €	45 €	168 %
39 cemitérios 1b)	10,08 €	38 €	277 %
39 cemitérios 2a)	32,11 €	60 €	86,8 %
39 cemitérios 2a)	107,76 €	135 €	25 %
40 cemitérios 1,2,3	42,82 €	71 €	65,8 %
	Proposta	Regulamento	
51 – serviço prestado por funcionário	20,46 €	20,95 €	Proposta vs regulam.
18 nº 7 – suporte publicidade via pública	3,47 €	3,55 €	Proposta vs regulam.
Desporto			
Regista-se a redução no artigo 60º e 61º			
Pavilhões desportivos e campos de jogos			
Multiusos, Piscinas e CCVF mantém as taxas			

FALTAS - No artigo 10º - engraxadores – **gratuito**; No artigo 27º - publicidade aos festejos populares IPSS – **isenta**; No artigo 58º - piscina e duche quente – grátis”. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EMPREITADA “CENTRO DE FORMAÇÃO AVANÇADA PÓS-GRADUADA/DOMUS CIVIL” – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: **“1. Objecto:**



Contratação dos serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para a empreitada referida em epígrafe, dando cumprimento ao artigo 17.º do Decreto-Lei 273/2003. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretende contratar requerem conhecimentos, formação especializada e experiência em Sistemas de Gestão de Coordenação de Segurança e Saúde para a fase de obra e legislação correlacionada; Este serviço tinha já sido contratado à empresa Tabique – Engenharia Lda. aquando do início da execução dos trabalhos referentes a esta empreita. O contrato inicial veio a ser prorrogado devido ao facto de ter sido, igualmente, prorrogado o prazo para a execução da obra, ambas por deliberações da Câmara Municipal tomadas em sua reunião de 28 de Julho de 2011. Entretanto, a Câmara Municipal rescindiu o contrato de empreitada que mantinha com a adjudicatária da obra, a empresa Sociedade de Construções Guimar, S.A., o que implicou a abertura de novo procedimento concursal para a conclusão dos trabalhos. Significa isto que será necessária a contratação de novos serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para a nova empreitada, cuja adjudicação se prevê para breve. De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos, solicitada recentemente para a mesma empreitada (prorrogação de prazo), e de acordo com o despacho do Vereador dos Recursos Humanos, datado de 20 de Julho de 2011, não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de

Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração de um novo contrato de prestação de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para a empreitada referida em epígrafe, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a prestação de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para conclusão dos trabalhos relativos à empreitada supracitada, cumprindo com as obrigações do Dono de Obra referidas no artigo 17.º do Decreto-Lei 273/2003. b) A despesa total, considerando o tempo estimado de duração da obra (5 meses), será de 2.140,00€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.1.3.0404 do PPI (Plano Plurianual de Investimentos) correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste directo à empresa Tabique – Engenharia Lda. considerando as razões supra expostas, e ao abrigo da al. a) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que foi aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, considerando que o valor mensal no anterior contrato era de €450,00, e que o valor relativo aos 5 meses deste novo procedimento seria de €2.250,00”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**PATRIMÓNIO - CONTRATO COMODATO DO ANTIGO
EDIFÍCIO ESCOLAR DE VILA ANA, FREGUESIA DE ABAÇÃO –
PROC.º RP/42/2002 –** Presente a seguinte informação da



Divisão de Património Municipal: “O Agrupamento de Escolas de Abação solicitou a cedência do antigo edifício escolar de Vila Ana, da freguesia de Abação actualmente desactivado, bem como o respectivo mobiliário, com vista ao desenvolvimento, em parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa, de actividades de cariz social, cultural e recreativo, especialmente vocacionadas para crianças residentes nas freguesias do sudoeste da Montanha da Penha. De acordo com informação prestada pela Divisão de Educação, tendo aquela escola sido encerrada, e considerando a possibilidade de se atribuir nova utilização aos edifícios escolares devolutos, deverá aquele espaço ser aproveitado para a instalação de valências culturais e sociais, que se traduzam num efectivo enriquecimento da oferta de serviços à população, pelo que se conclui não haver qualquer inconveniência quanto à utilização do referido prédio, e seu mobiliário, para os fins pretendidos pelo indicado Agrupamento de Escolas. Deste modo, em caso de concordância superior, deverá ser celebrado um contrato de comodato, com vista a satisfazer as necessidades do Agrupamento de Escolas de Abação, e demais população, tendo aquele Agrupamento pronunciado favoravelmente quanto ao teor da minuta. Assim, deverá ser submetida a deliberação camarária, ao abrigo da alínea b), do nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a cedência ao Agrupamento de Escolas de Abação do mobiliário e do antigo edifício escolar de Vila Ana, Abação, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o n.º 1001/20080408 e inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 961, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes”. A minuta do

contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO DE IMÓVEL – CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL – RUA DE VILA FLOR – S.

SEBASTIÃO – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A Câmara Municipal de Guimarães adquiriu, em 28 de Abril de 2006, um conjunto de edifícios que pertenceram à massa falida da empresa “Freitas e Fernandes, Ld.ª”, pelo facto de se situarem numa zona de interesse arqueológico-industrial, dado tornar-se premente a sua preservação e revitalização. Decorrente da realização do projecto de reabilitação dessa antiga fábrica “Freitas e Fernandes”, verificou-se que para a implementação do Centro de Formação Profissional a área disponível não se ajusta ao que efectivamente será necessário para implementação do programa estabelecido. Foi assim definido superiormente a necessidade de aquisição de um edifício contíguo à mencionada Fábrica, para completar a área imprescindível à concretização do projecto que permitirá a instalação do Centro de Formação Profissional. A edilidade notificou os interessados, com vista à negociação pela via do direito privado, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 11º do Código das Expropriações e procurou, consequentemente, chegar a um consenso quanto ao valor indemnizatório. Após consulta efectuada ao perito da lista oficial, no que concerne ao valor das contrapropostas apresentadas por proprietários e inquilino, verificou-se a impossibilidade de os indemnizar de forma amigável, tal era a divergência de valores propostos. Deste modo, tendo em conta a finalidade do imóvel acima expressa e atendendo a que tal fim se coaduna com as competências ínsitas



na alínea f), nº. 2 do artigo 64º, da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº. 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e pelo facto do prédio se situar na área crítica de recuperação e reconversão constante do decreto nº. 3/98, de 26 de Janeiro, que conjugado com o artigo 41º e seguintes do Decreto-Lei nº 794/76 de 5 de Novembro, permite à Câmara Municipal deliberar no sentido de dar início à tramitação do processo expropriativo do prédio descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o n.º 54/S. Sebastião e inscrito na respectiva matriz urbana sob o artigo 669º, em que são interessados, António Maria Teixeira de Carvalho, residente na Rua da Caldeiroa, nº. 28, freguesia de S. Sebastião, Guimarães, Carlos Alberto Teixeira de Carvalho e mulher, Maria da Glória Pinheiro de Oliveira Teixeira de Carvalho, residentes no Loteamento de Ardão, nº. 10, freguesia de Silvaes, Guimarães e José Luís Teixeira de Carvalho e mulher, Maria Alberta Eugénio Amaral Teixeira de Carvalho, residentes na Rua da Cerca Velha, nº 77, freguesia de Urgezes, Guimarães, na qualidade de proprietários e a empresa Luís Teixeira de Carvalho & Irmãs, Ld.ª, com sede na Rua da Caldeiroa, nº. 28 e 30, freguesia de S. Sebastião, Guimarães, na qualidade de inquilina. Prevê-se que os encargos com a aquisição e indemnização autónoma atinjam o montante total de €45.257,65, conforme relatório do perito da lista oficial. O imóvel situa-se em zona de protecção a imóveis ou conjuntos classificados e zona de construção central, de acordo com o Plano Director Municipal em vigor". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – ACORDO PARASSOCIAL N.º 2 – SOCIEDADE "AVEPARK – PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, S.A." – Presente a seguinte proposta: "Na

sequência da aprovação da proposta de celebração de um segundo Acordo Parassocial entre os accionistas do "AVEPARK – PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, S.A.", nomeadamente, o Município de Guimarães, a Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto, a Universidade do Minho, a Associação Industrial do Minho e a Associação Comercial e Industrial de Guimarães, em Assembleia Geral, realizada no dia 03 de Novembro de 2011, sob proposta do Conselho de Administração daquela Sociedade Anónima, e tendo em conta os considerandos apresentados no preâmbulo do mesmo, proponho a aprovação da minuta do Acordo que se junta em anexo". O Acordo Parassocial dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** - Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "É com enorme surpresa que o PSD se confronta com esta proposta de acordo parassocial. Surpresa desde logo porque, ainda recentemente, tivemos presente em reunião de Câmara o Prof. Emídio Gomes dando-nos nota do contexto evolutivo positivo do AvePark. Surpresa porque o AvePark é sempre arremessado como o grande argumento face às críticas feitas à Câmara em termos de falta ligação à comunidade empresarial e atração de investimento. Surpresa ainda por nos recordarmos das expressões utilizadas quando o PSD alertou para as dificuldades por que poderia passar o AvePark depois de se ter permitido essa irresponsabilidade que foi a instalação do Instituto de Nanotecnologia em Braga, depois de estar já edificado o AvePark em Guimarães, mais uma das loucuras do anterior Primeiro-Ministro, pelas quais todos estamos, e vamos, pagar ainda muito caro. Aquilo com que agora nos confrontamos, apesar de



contraditório com todas as declarações públicas dos responsáveis municipais, é com uma proposta de pagamento pelo Município de Guimarães do serviço da dívida do AvePark, segundo se percebe pelo texto do acordo, até €5.675.513,00. Do texto do acordo resulta que o AvePark se edificou com comparticipação comunitária de 70%, sendo o 30% de comparticipação nacional (€3.191.898,10) sido pago pelo AvePark, mediante subsídio. Do financiamento não comparticipado da ordem dos €6.500.000,00, encontram-se em dívida €5.675.513,00, ou seja, o AvePark apenas conseguiu proceder ao pagamento, por meios próprios, de 12% do financiamento. E é o próprio texto do acordo que nos diz que *"se perspectivava que o serviço da dívida fosse satisfeito pelo fluxo financeiro decorrente da venda de lotes para instalação das entidades interessadas"* admitindo-se que o projeto do AvePark ficou *"aquém das previsões – o que está a criar constrangimentos ao desenvolvimento do modelo financeiro concebido"*. Mas o pior é que, para além de o projeto não conseguir pagar o serviço da dívida, ainda se considera que *"as receitas correntes do AvePark são insuficientes para fazer face às despesas correntes, gerando défices de exploração"* anuais. Ou seja, estamos confrontados com uma incapacidade de pagamento de 88% dos empréstimos contraídos, e ainda, a braços com a previsão de um défice de exploração anual. Já para não falar que até o próprio IMI do AvePark é pago pelo Município através de um subsídio transvestido de aumento de capital. Esta situação, para além do que comporta de surpresa face às informações inverídicas que nos têm sido prestadas, é evidentemente uma situação preocupante e que deve merecer uma abordagem estratégica e política, para além da única que sabe fazer esta Câmara, que é a de atirar dinheiro para cima dos problemas. Designadamente, não se pode

votar este acordo parassocial, que mais não é do que a aprovação de mais um subsídio ao AvePark, sem sabermos em concreto, o que falhou. Sem tentarmos perceber como foi possível uma estrutura na qual se pretendia alavancar a recuperação económica de toda a região, ter chegado a esta situação. Como é possível aprovar-se o pagamento de todo o serviço da dívida, sem um levantamento rigoroso dos problemas em concreto, e não meramente retóricos, que causaram esta situação financeira no AvePark? Para além do diagnóstico, da identificação dos problemas, impõe-se que os políticos preparem aquela que entendam ser a terapêutica adequada. Impõe-se que, para aprovação de uma transferência de verbas desta ordem de grandeza, estejam identificadas as suas causas e apresentadas alternativas para que de futuro não nos tenhamos que deparar com idêntica situação. Ou então estaremos a ser responsáveis por uma gestão absolutamente incapaz de dinheiros públicos. Que se limita a tapar com dinheiro os problemas, que é fácil porque vem do Estado e dos impostos municipais, sem fazermos aquela que é a nossa função, sem prepararmos alternativas, sem apresentarmos um projeto de viabilidade do equipamento. A tudo isto acresce que, perante uma situação desta natureza, têm que ser pedidas responsabilidades. Não podemos estar em face duma falha no inicialmente projetado, sem nos ser apresentada uma solução, uma alternativa, uma estratégia para o futuro do equipamento. Será que se isto fosse uma empresa de qualquer um de nós, nós permitiríamos que a uma gestão com estes resultados não fossem exigidas responsabilidades? Não fossem pedidas justificações quanto aos motivos? Não fossem exigidas alternativas ou vias de solucionamento? Claro que nunca permitiríamos. Pelo que a nossa obrigação é atuar perante como



atuaríamos se fosse uma empresa nossa, e não como algo que pode ser facilmente resolvido com dinheiro de impostos, que não custa a ganhar. Não obstante tudo quanto vai dito, o PSD votará favoravelmente este aumento de capital porque, como sempre dissemos, acreditamos neste equipamento como podendo servir de plataforma para o progresso tecnológico da nossa indústria, como alavanca para uma parcial regeneração económica, sendo que nesse sentido, sempre terá o Município que assumir as suas responsabilidade e criar condições que assegurem a continuidade do equipamento. No entanto, para que tais expetativas se verifiquem e não continuem frustradas como até aqui, não basta ao Município pagar os prejuízos do AvePark, tem que assumir uma postura proactiva, tem que exigir esclarecimentos quanto às causas, tem que exigir projetos alternativos, tem que exigir ligações concretas ao tecido industrial local, do qual serve de exemplo a indústria das cutelarias, tão próxima e no entanto tão longe, e que tanto poderia ganhar com uma maior ligação ao AvePark. Mas temos que deixar expressa a nossa censura a um equipamento que foi apresentado como a solução para o desemprego local, como a solução para a regeneração económica do concelho e da região, como a origem de um aumento de receitas pela via dos impostos pagos pelas empresas aí sedeadas, que teria condições não apenas para a sua subsistência como ainda para alavancar a economia regional, e que afinal tem sido essencialmente destinatário de dinheiro público". -----

RECURSOS HUMANOS – COLABORAÇÃO DE TÉCNICOS DO MUNICÍPIO NA APLICAÇÃO DE MÉTODO DE SELECÇÃO EM PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PROMOVIDOS POR CNO'S –

Presente a seguinte proposta: "A Escola Secundária de Francisco de Holanda e a Escola Secundária de Caldas das Taipas

solicitaram a colaboração de técnicos deste município para assegurar a realização do método de selecção “Entrevista de Avaliação de Competências” em procedimentos concursais a decorrer naqueles estabelecimentos para recrutamento de técnicos para Centros Novas Oportunidades. Considerando que: O Município de Guimarães e os Centros Novas Oportunidades dos estabelecimentos requerentes são signatários do protocolo “Guimarães: Território de Aprendizagem – Rede de Cooperação de Centros Novas Oportunidades”, que visa o desenvolvimento de projectos de intervenção concertados, dentro de princípios de cooperação e abertura entre os diferentes parceiros; Nos termos do disposto no artigo 64.º, n.º 4 al. b) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, compete à câmara municipal participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal; O município de Guimarães tem trabalhadores ao seu serviço com formação adequada para aplicação do método de selecção indicado; E ainda que, atentos os prazos dos procedimentos concursais, foi necessário tomar de imediato a decisão de prestação de apoio solicitado, conforme meus despachos de 4 de Outubro último, proferidos ao abrigo do n.º 3 do artigo 68.º da referida lei n.º 169/99, Proponho que seja autorizada pela câmara municipal a prestação do apoio solicitado, através da colaboração de trabalhadores do município para o efeito habilitados, ratificando assim, ao abrigo do disposto no mencionado artigo 68.º, n.º 3, os meus despachos de 4 de Outubro de 2011”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador José Augusto Araújo não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido. -----

TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA DAS TUMBAS – FREGUESIA DA COSTA – Presente a seguinte



informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas:
"Pela presente se submete à apreciação Camarária a alteração ao trânsito na freguesia da Costa, assinalada na planta anexa. A sua elaboração está em harmonia com a Junta de Freguesia, e permitirá melhorar a acessibilidade do arruamento em causa. A planta com a alteração ao trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AMBIENTE – ARRANQUE DE EUCALIPTOS – CRIAÇÃO DE JÚRI AVINDOR - Presente a seguinte informação da Divisão de Ambiente: "Ana de Lurdes Pereira e seu marido, Adão Mendes Henriques, solicitaram à autarquia que tomasse as diligências necessárias para obrigar os donos de uma propriedade vizinha da sua a arrancar cerca de "6 eucaliptos, todos eles de grande porte, que se encontram implantados praticamente na linha divisória dos prédios e, de qualquer modo, a muito menos de 20 metros e de 30 metros do muro do prédio como até do próprio prédio dos requerentes." Entendem que os "ditos eucaliptos encontram-se implantados em local onde não medeia mais de 4 metros de declive entre as ditas árvores e o próprio muro da propriedade dos requeridos, o caminho público, ou ainda o prédio propriedade dos requerentes" pelo que "a presença de tais árvores, dado o seu porte imponente, junto da propriedade dos requerentes, configura um grave risco para a população, pondo em causa a segurança daqueles que ali habitam ou que por ali passam." Frustrados os esforços de uma resolução amigável deste assunto, solicitaram a esta Câmara Municipal que, ao abrigo dos decretos n.ºs 28.039 e 28.040, ambos de 14 de Setembro de 1937, diligenciasse no sentido de tais árvores serem arrancadas. Na sequência desta comunicação os serviços municipais convocaram as partes

interessadas para uma tentativa de resolução amigável deste assunto. Porém, no dia e hora marcados apenas compareceram os requerentes. Verificando-se a impossibilidade de uma solução pela via do acordo, é agora necessário dar sequência ao procedimento, nomeadamente com a constituição de um júri avindor, nos termos e para os efeitos previstos nos art.ºs 3.º e seguintes do supra referido Decreto n.º 28.040. A nomeação deste júri é da competência da Câmara Municipal, sendo constituído por três elementos, um presidente e dois vogais, escolhidos de entre os residentes na Freguesia de S. Faustino. Foi, entretanto, notificado o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Faustino para que indicasse o nome de três homens da Freguesia para constituir aquele Júri, nos termos do artigo 3.º, daquele Decreto n.º 28040. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia propõe que façam parte do júri os seguintes elementos: o Sr. António Fernando Faria Gomes, o Sr. José Luis Ferreira Gomes e o Sr. Manuel Ferreira Gomes. A nomeação deste júri é da competência da Câmara Municipal, bem como a definição dos honorários a pagar a cada um dos membros do júri, a cobrar pela autarquia mas a serem suportados, em partes iguais, pelos requerentes e pelos requeridos, nos termos previstos no art.º 9.º daquele diploma legal. Em face do supra exposto deverá submeter-se a aprovação do executivo municipal a constituição do júri avindor no âmbito deste processo, nos seguintes termos: Presidente: Sr. António Fernando Faria Gomes; Vogal: Sr. José Luis Ferreira Gomes; Vogal: Sr. Manuel Ferreira Gomes. Mais se propõe que seja pago, a cada um dos membros do júri, e a título de honorários pelo trabalho a prestar, a quantia correspondente a metade de uma Unidade de Conta, actualmente no valor de € 51,00 (cinquenta e um euros)". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ACTIVIDADES ECONÓMICAS – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE FARMÁCIAS PARA O ANO DE 2012 –**

Presente, para aprovação, os mapas do regime de turnos das Farmácias de serviço proposto pela Associação Nacional de Farmácias, para vigorar no ano de 2012, no concelho de Guimarães. Os referidos mapas dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – CONCURSO PARA A ATRIBUIÇÃO DE LICENÇA DE TRANSPORTE PÚBLICO DE ALUGUER – CASTELÕES –

Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaços Públicos e Viaturas: “Considerando a determinação da caducidade da licença “1 Castelões” para o transporte público de aluguer em veículo automóvel ligeiro de passageiros – transporte em táxi. Considerando as dificuldades sentidas naquela freguesia com os horários praticados pelos operadores de transporte colectivo interurbano, designadamente fora das horas de ponta e fins-de-semana. Considerando a localização periférica daquela localidade relativamente aos vários serviços, nomeadamente de cuidados médicos. Considerando a existência de vaga no contingente da freguesia em causa. Submete-se a aprovação do órgão executivo a abertura de concurso para a atribuição de uma licença de transportes públicos de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros – transportes em táxi, para o lugar vago na freguesia de Castelões, em regime de estacionamento fixo”. O Programa do Concurso dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – EB1/JI TEIXUGUEIRAS – SILVARES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação

dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente:
"A EB1/JI de Teixugueiras - Silvares solicitou, a colaboração do Município através da cedência de dois autocarros para efectuar o transporte de um grupo composto por 50 crianças, 3 professores e 3 assistentes operacionais, no dia 7 de Novembro ao Museu Alberto Sampaio. Considerando que se trata da realização de uma actividade de relevante interesse pedagógico, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por meu despacho de 21-10-2011, deferi o pedido, sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoios, remete-se a ratificação o apoio concedido". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOÃO DE MEIRA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – "O Agrupamento de Escolas João de Meira solicitou, a colaboração do Município através de um autocarro para efectuar o transporte do 1º cicio da EB1 de São Roque, no dia 19 de Outubro, à sede do Agrupamento. Assim, considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação dos alunos num espectáculo promovido pelo Teatro Oficina, BB Circus, no âmbito das actividades da Capital Europeia da Cultura, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por meu despacho de 21-10-201, deferi o pedido, sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoios, remete-se a ratificação o apoio concedido". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – Presente a seguinte informação da Divisão de Acção Social: "Por



deliberação de 13 de Janeiro de 2011 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal nº 8/2009 de 8 de Janeiro para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, alterado e ratificado em 25 de Setembro de 2009. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - FESTAS NICOLINAS 2011 – Presente a seguinte proposta da Vereadora Francisca Abreu: "Na sequência do pedido formulado pela Comissão de Festas Nicolinas 2011, proponho, ao abrigo do nº 6 do art. 2º do Regulamento nº 606/2010, a atribuição dos seguintes apoios financeiros e logísticos, considerados essenciais à realização da próxima edição das Festas Nicolinas, como habitualmente de 29 de Novembro a 7 de Dezembro. **Apoios financeiros:** - Subsídio no montante de €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), já deliberado em reunião de 10 de Março de 2011, e destinado a despesas globais incluindo a impressão do programa e pregões, a ser pago à Associação dos Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães – Velhos Nicolinos; - Atribuição do Prémio Câmara Municipal de Guimarães, no montante de €500,00 (quinhentos euros), composto por um conjunto de material didáctico, que será entregue à Escola que frequentam os estudantes que integram o melhor carro do cortejo das Maçãzinhas, de acordo com proposta aprovada pela Câmara em 2001; **Apoios logísticos:** - Cedência de uma escavadora e

ferramentas para o enterro do Pinheiro, incluindo o pagamento das horas extraordinárias dos funcionários municipais de apoio; - Cedência de 3 viaturas para o cortejo das Maçãzinhas, em horário a combinar com os serviços, incluindo o pagamento das horas extraordinárias dos motoristas; - Condicionamento de trânsito e estacionamento no percurso do Cortejo do Pinheiro a definir em articulação com o calendário das obras de requalificação do centro da Cidade em curso; - Oferta de camélias para decorar as capas e as janelas durante o cortejo das Maçãzinhas; - Isenção de taxas para obtenção de licenças de ruído e recinto". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – APOIO À ACTIVIDADE EDITORIAL – Presente a acta da Comissão de Selecção da Comissão Consultiva prevista no Regulamento para Apoio à Actividade Editorial para, nos termos do referido Regulamento, proceder à apreciação dos pedidos de apoio a edição, reedição e aquisição de livros. Foi apreciado o pedido de aquisição de livros editados e a editar. Em resultado da respectiva apreciação a Comissão decidiu propor a aquisição dos seguintes livros: dez exemplares do livro "José Martins de Queiroz Montenegro, o último cavaleiro português (minotes)", ao preço por capa de €40,00 (quarenta euros), o que perfaz um total de €400,00 (quatrocentos euros) + IVA; vinte exemplares do livro "Fermentões do Séc. X ao Séc. XXI – A nossa História, a nossa Terra e as suas Gentes", de Manuel Martins Salgado e Maria Adelaide Pereira de Moraes, ao preço unitário de €7,50 (sete euros e cinquenta cêntimos), o que perfaz um total de €150,00 (cento e cinquenta euros (IVA incluído). A referida acta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



DESPORTO – AJKP – ASSOCIAÇÃO JUVENIL DE KARATÉ PORTUGAL – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “A AJKP - Associação Juvenil de Karaté Portugal com sede na rua da Escola, freguesia de Sande (Vila Nova) solicitou, a colaboração do Município através da cedência de transporte para 14 elementos, seleccionados para participarem no Campeonato Europeu de Karaté Wado-Kai, que ira decorrer no Estádio Universitário de Lisboa entre os dias 21 a 23 de Outubro. Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterado e republicado pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, por meu despacho de 21-10-2011, deferi o pedido, sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se a ratificação o apoio concedido”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – ANO DE 2011 – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Nos termos do disposto no nº 13 do art. 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro, a Câmara Municipal tem de comunicar à Direcção-Geral dos Impostos, até 30 de Novembro, a deliberação da Assembleia Municipal que fixou as novas taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis. Considerando que a prevalência da redução de actividade económica verificada em Portugal continua a reflectir-se na quebra sensível de receitas autárquicas, e atendendo, por outro lado, ao esforço financeiro envolvido nos investimentos da Capital Europeia da Cultura e na construção dos novos centros escolares, proponho, nos termos dos nºs 1 e 5 do mesmo art.º 112º, que sejam fixadas as seguintes taxas para liquidação daquele imposto: a) - Prédios

urbanos = 0,7 %. b) - Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI = 0,4 %". **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "O momento de crise em que vive o mundo de hoje, particularmente o concelho de Guimarães, justifica por parte do Município uma atenção diferenciadora da realidade local. E nesse sentido tem justificado o voto contrário do PSD, por entendermos, e continuarmos a entender, que os valores de desemprego de Guimarães, sensivelmente o dobro da média nacional, só por si, devem impor ao Município de Guimarães um tratamento "especial" aos seus munícipes. Porque não podemos permitir que passe a ideia de que todos estão em crise menos o Município, entendemos que é de nós exigida uma solidariedade na repartição de sacrifícios a suportar com o atual momento de crise, devendo o Município partilhar com os cidadãos este momento, abdicando de parte das suas receitas. No entanto, é também verdade que entendemos dever compreender e aceitar duas circunstâncias que devem motivar uma reponderação desta posição. Por um lado, temos que o momento de crise que atravessa o País, causado pela gestão ruinosa da governação Sócrates, tem forçado o atual Governo à aplicação de medidas, designadamente fiscais, que é fácil compreender que nenhum governo desejaria tomar. Ora essas medidas, de combate ao défice, têm que ser igualmente acompanhadas pelos Municípios, que são igualmente responsáveis por uma fatia desse défice. Nessa medida, e na medida em que os impostos municipais cobrados sirvam para uma redução substancial do passivo municipal, como é nossa obrigação, consideramos poderem



compreender-se excecionalmente os impostos propostos. Por outro lado, sabendo que Guimarães será no próximo ano Capital Europeia da Cultura, apesar de o ser em contraciclo com o período económico não deixa de ser uma responsabilidade da nossa cidade a organização do evento que a União Europeia nos cometeu. Desse modo, exigem-se esforços extraordinários ao orçamento municipal, que poderão justificar excecionalmente os impostos municipais propostos. Como os impostos municipais são o principal meio para obtenção da receita prevista no orçamento, deverão merecer idêntico tratamento político. Apesar de tudo isto, continuamos a considerar que de entre os impostos municipais, o IMI deveria merecer uma especial atenção do Município, pois que se trata de um imposto cujas receitas globais têm sido crescentes em termos de importância relativa, e que tem maior impacto junto das famílias, pelo que, mantemos que consideramos dever ter lugar um ajustamento no IMI proposto para 2012, tal como defendemos para 2011. Pelo que votaremos **contra** a proposta de IMI (24). E **abster-nos-emos** na Derrama sobre a colecta em IRC (25) e na participação variável em sede de IRS (26)". -----

DERRAMA SOBRE A COLECTA DE 2011 (A COBRAR EM 2012)

– Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "Nos termos do disposto no nº 1 e 4 do art.º 14º, da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, proponho que a Câmara Municipal aprove e submeta à aprovação da Assembleia Municipal o lançamento de uma derrama para o ano de 2011 a cobrar em 2012, para financiar investimentos, nomeadamente, a Requalificação do Espaço Público Campurbis: a) – De 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre os rendimentos de pessoas colectivas (IRC), dos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior a €150.000;

b) – De 1,25% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre os rendimentos de pessoas colectivas (IRC), dos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse €150.000”. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Abstiveram-se os vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima, que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “O momento de crise em que vive o mundo de hoje, particularmente o concelho de Guimarães, justifica por parte do Município uma atenção diferenciadora da realidade local. E nesse sentido tem justificado o voto contrário do PSD, por entendermos, e continuarmos a entender, que os valores de desemprego de Guimarães, sensivelmente o dobro da média nacional, só por si, devem impor ao Município de Guimarães um tratamento “especial” aos seus munícipes. Porque não podemos permitir que passe a ideia de que todos estão em crise menos o Município, entendemos que é de nós exigida uma solidariedade na repartição de sacrifícios a suportar com o atual momento de crise, devendo o Município partilhar com os cidadãos este momento, abdicando de parte das suas receitas. No entanto, é também verdade que entendemos dever compreender e aceitar duas circunstâncias que devem motivar uma reponderação desta posição. Por um lado, temos que o momento de crise que atravessa o País, causado pela gestão ruinosa da governação Sócrates, tem forçado o atual Governo à aplicação de medidas, designadamente fiscais, que é fácil compreender que nenhum governo desejaria tomar. Ora essas medidas, de combate ao défice, têm que ser igualmente acompanhadas pelos Municípios, que são igualmente responsáveis por uma fatia desse défice. Nessa medida, e na medida em que os impostos municipais



cobrados sirvam para uma redução substancial do passivo municipal, como é nossa obrigação, consideramos poderem compreender-se excecionalmente os impostos propostos. Por outro lado, sabendo que Guimarães será no próximo ano Capital Europeia da Cultura, apesar de o ser em contraciclo com o período económico não deixa de ser uma responsabilidade da nossa cidade a organização do evento que a União Europeia nos cometeu. Desse modo, exigem-se esforços extraordinários ao orçamento municipal, que poderão justificar excecionalmente os impostos municipais propostos. Como os impostos municipais são o principal meio para obtenção da receita prevista no orçamento, deverão merecer idêntico tratamento político. Apesar de tudo isto, continuamos a considerar que de entre os impostos municipais, o IMI deveria merecer uma especial atenção do Município, pois que se trata de um imposto cujas receitas globais têm sido crescentes em termos de importância relativa, e que tem maior impacto junto das famílias, pelo que, mantemos que consideramos dever ter lugar um ajustamento no IMI proposto para 2012, tal como defendemos para 2011. Pelo que votaremos **contra** a proposta de IMI (24). E **abster-nos-emos** na Derrama sobre a colecta em IRC (25) e na participação variável em sede de IRS (26)”. -----

PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – ANO DE 2012 – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Considerando o disposto no nº 1 do art.º 20º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, proponho que seja fixada uma taxa de 5% como participação do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial”. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

Abstiveram-se os vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "O momento de crise em que vive o mundo de hoje, particularmente o concelho de Guimarães, justifica por parte do Município uma atenção diferenciadora da realidade local. E nesse sentido tem justificado o voto contrário do PSD, por entendermos, e continuarmos a entender, que os valores de desemprego de Guimarães, sensivelmente o dobro da média nacional, só por si, devem impor ao Município de Guimarães um tratamento "especial" aos seus munícipes. Porque não podemos permitir que passe a ideia de que todos estão em crise menos o Município, entendemos que é de nós exigida uma solidariedade na repartição de sacrifícios a suportar com o atual momento de crise, devendo o Município partilhar com os cidadãos este momento, abdicando de parte das suas receitas. No entanto, é também verdade que entendemos dever compreender e aceitar duas circunstâncias que devem motivar uma reponderação desta posição. Por um lado, temos que o momento de crise que atravessa o País, causado pela gestão ruínosa da governação Sócrates, tem forçado o atual Governo à aplicação de medidas, designadamente fiscais, que é fácil compreender que nenhum governo desejaria tomar. Ora essas medidas, de combate ao défice, têm que ser igualmente acompanhadas pelos Municípios, que são igualmente responsáveis por uma fatia desse défice. Nessa medida, e na medida em que os impostos municipais cobrados sirvam para uma redução substancial do passivo municipal, como é nossa obrigação, consideramos poderem compreender-se excecionalmente os impostos propostos. Por outro lado, sabendo que Guimarães será no próximo ano Capital Europeia da Cultura, apesar de o ser em contraciclo com o período económico não deixa de ser uma



responsabilidade da nossa cidade a organização do evento que a União Europeia nos cometeu. Desse modo, exigem-se esforços extraordinários ao orçamento municipal, que poderão justificar excecionalmente os impostos municipais propostos. Como os impostos municipais são o principal meio para obtenção da receita prevista no orçamento, deverão merecer idêntico tratamento político. Apesar de tudo isto, continuamos a considerar que de entre os impostos municipais, o IMI deveria merecer uma especial atenção do Município, pois que se trata de um imposto cujas receitas globais têm sido crescentes em termos de importância relativa, e que tem maior impacto junto das famílias, pelo que, mantemos que consideramos dever ter lugar um ajustamento no IMI proposto para 2012, tal como defendemos para 2011. Pelo que votaremos **contra** a proposta de IMI (24). E **abster-nos-emos** na Derrama sobre a colecta em IRC (25) e na participação variável em sede de IRS (26)". -----

RECURSOS HUMANOS – DECISÃO SOBRE O MONTANTE MÁXIMO DE CADA UM DOS ENCARGOS PREVISTOS NO ART. 5.º DO DECRETO-LEI N.º 209/2009, DE 3 DE SETEMBRO –

Presente a seguinte proposta: "1. Nos termos do disposto no artigo 7.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, compete ao órgão executivo decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos: i) Com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados e, ou; ii) Com alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham no exercício de funções; iii) Com a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço. 2. Nos termos dos artigos 46º,

47º, 48º, 74º e 75º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, em consonância com o disposto nos artigos 7º, 8º e 13º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro, compete ao órgão executivo fixar os montantes máximos com as alterações de posicionamento remuneratório e prémios de desempenho, bem como, de forma fundamentada, os respectivos universos dos cargos, carreiras e categorias onde as alterações de posicionamento remuneratório e a atribuição de prémios de desempenho podem ter lugar, com as desagregações que se entenderem necessárias. **3.** De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 7º do referido Decreto-Lei n.º 209/2009, tais decisões devem ser tomadas aquando da elaboração do orçamento, sendo certo, contudo, que no que se refere ao montante previsto para recrutamento para ocupação de novos postos de trabalho, tal decisão fica condicionada à aprovação do Mapa de Pessoal para 2012 pela Assembleia Municipal. **4.** Nestes termos, propõe-se que seja aprovado o montante máximo a despendar no ano de 2012 com os seguintes encargos: a) Recrutamento de trabalhadores necessários para ocupação de novos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal para 2012, caso venha a ser aprovado pela Assembleia Municipal: Dotação de 628.072 € (seiscentos e vinte e oito mil e setenta e dois euros); b) Alterações de posicionamento remuneratório e prémios de desempenho: atendendo à previsão constante da proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2012, idêntica, neste caso, à que vigorou no corrente ano de 2011, não poderá o município prever qualquer acto que consubstancie uma valorização remuneratória, razão pela qual se prevê uma dotação de €0,00 (zero euros) para cada um destes encargos”.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho



Lima, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Tem sido público que o OE/2012 propõe a redução de 2% ao número de trabalhadores na Administração Pública. A Câmara propõe-nos, com este Mapa de Pessoal, um aumento do pessoal existente em 9 técnicos superiores, 5 Assistentes Técnicos e 8 Assistentes Operacionais, isto para além dos concursos que tem a decorrer, para 61 postos de trabalho. Ou seja até ao fim de 2012 a CMG pretende integrar 93 trabalhadores (61+32). Mais: a Reforma da Administração Local propõe a redução do número de cargos dirigentes, têm sido aliás insistentes os exemplos dados na comunicação social para as reduções concretas que terão que ter lugar em cada município. Não obstante, a Câmara considera no Mapa de Pessoal o recrutamento de mais 1 Diretor de Departamento e mais 9 Chefes de Divisão. Neste item a Câmara propõe-nos uma dotação de **€628.072,00 para recrutamento de pessoal**. Ou seja, que a Câmara de Guimarães passe a gastar com vencimentos dos seus funcionários mais €628.072,00 do que aquilo que gasta atualmente. Numa fase em que se estão a cortar os ordenados na função pública em 5%, se estão a cortar subsídios de férias e Natal para 2012, a Câmara de Guimarães pondera gastar mais € 628 mil em despesa com pessoal, isso só pode ser entendido como um delírio, uma total desadequação à realidade, uma incompreensível e condenável falta de solidariedade com os seus munícipes, que como Portugueses, sofrerão e padecerão das agruras da ruinosa gestão do Eng.º José Sócrates, mas a Câmara de Guimarães, prevê aumentar a sua fatura com pessoal, aumentando encargos, tornando mais difícil a gestão do futuro, engordando "o monstro". Esta desassisada decisão, só pode merecer o nosso voto **contra**". -----

RECURSOS HUMANOS – MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO

PARA 2012 – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, em consonância com o disposto no artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ainda considerando o disposto na alínea o) do n.º2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho seja submetido à aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, o Mapa de Pessoal para 2012, que se junta em anexo. Conforme previsto no n.º 2 do art.º 4º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o mapa pessoal acompanha a respectiva proposta de orçamento”. O Mapa de Pessoal do Município para 2012 dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram contra os vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Tem sido público que o OE/2012 proporá uma redução de 2% ao número de trabalhadores na Administração Pública. A Câmara propõe-nos, com este Mapa de Pessoal, um aumento de 2% do pessoal existente, acrescido de um aumento de 4% nos concursos já a decorrer. Propondo contratar em 9 técnicos superiores, 5 Assistentes Técnicos e 8 Assistentes Operacionais, isto para além dos concursos que tem a decorrer, para 61 postos de trabalho. Ou seja até ao fim de 2012 a CMG pretende integrar 93 trabalhadores (61+32), aumentando 6% ao número de trabalhadores. Mais: a Reforma da Administração Local propõe a redução do número de cargos dirigentes, têm sido aliás insistentes os exemplos dados na



comunicação social para as reduções concretas que terão que ter lugar em cada município. Não obstante, a Câmara considera no Mapa de Pessoal o recrutamento de mais 1 Diretor de Departamento e mais 9 Chefes de Divisão. Como se consegue compreender isto? Como se consegue compreender que se estejam a cortar os ordenados na função pública em 5%, se estejam a cortar subsídios de férias e Natal, haja uma lei que inclusivamente proíbe as contratação no Estado, tudo por não haver dinheiro no Estado para suportar o tamanho e a dimensão da máquina do Estado, desde a Administração Central até às Autarquias Locais, e a Câmara de Guimarães esteja a ponderar aumentar quase 100 trabalhadores aos que já estão nos seus quadros? Ao analisar este Mapa de Pessoal e as exigências de cada uma das unidades orgânicas em termos de pessoal, fica-se com a impressão que o Mundo mudou, mas em Guimarães ninguém se apercebeu! Guimarães fica como uma espécie de terra de ninguém, onde não chegam as notícias, onde não chegam as medidas governamentais, onde não se sabe que Portugal está em grave crise orçamental e está intervencionado por uma *troika* internacional de credores, parece que tudo isso não existe, e a Câmara, por seu lado, continua alegremente a contratar. Isto só se compreende porque os impostos tudo pagarão. O dinheiro não custa a ganhar por haver uma imperatividade na sua proveniência. As pessoas cortam nos seus orçamentos, reduzem nas suas exigências, o Estado impõe cortes duríssimos nos seus funcionários, e a Câmara de Guimarães, continua a querer contratar... mais 32 novos postos de trabalho, para além dos 61 procedimentos concursais em curso! E não se diga que, neste caso, é a CEC/2012 que justifica este aumento, até porque como sabemos, em termos de exigência dos

funcionários da Câmara no acompanhamento de obras, o principal da sua atividade decorre no ano corrente de 2011, sendo que, mesmo assim, os que existem têm chegado para as encomendas, e nos casos pontuais em que o não têm, temos sido asoberbados de prestações de serviços com pareceres prévios de inexistência de quadros para cumprir as respetivas funções. De todos os modos, é um evento pontual, que se resolve como tem sido resolvido até aqui, e não com a contratação de novos quadros. E não se diga igualmente que se trata de necessidades prementes porque, se verificarmos no mapa, dos recrutamentos propostos no ano anterior para cargos dirigentes (1 Diretor e 11 Chefes de Divisão) efetivamente só se recrutaram 2. Pelo que se esses postos eram necessários para o desenvolvimento das atividades do órgão ou serviço e não foram ocupados, foi ainda assim possível o desenvolvimento das competências adstritas às correspondentes unidades orgânicas. Se tal foi possível sem a contratação de mais dirigentes, porquê fazê-lo no próximo ano quando as restrições orçamentais são ainda mais penalizadoras? Como é sabido, há departamentos como aqueles que supervisionam o setor do urbanismo (DGU), que pela redução da atividade existente decorrente da crise no setor estão com muito menos atividade que em anos anteriores, atividade essa que, infelizmente, não se prevê que vá aumentar num médio-prazo. Porquê então a proposta de contratação de mais Assistentes Técnicos (17 concursos a decorrer + 5 novos a contratar) quando existem 22 Assistentes Técnicos adstritos à unidade orgânica DGU? Porque não recorrer à mobilidade interna para que os mesmos ocupem algumas das necessidades de outros departamento sem se recorrer a novos contratos? Porque não redistribuir funções de forma a racionalizar os recursos, na ótica



da organização como um todo? Nesta matéria, particularmente nesta matéria, temos a obrigação de rentabilizar os recursos que temos. Esta proposta de Mapa de Pessoal implica abdicar totalmente de ter uma intervenção de gestão ao nível dos recursos humanos. Esta proposta de Mapa de Pessoal alheia-se completamente do estado em que está o nosso País, e das exigências que estão a ser feitas às pessoas. Basta que pensemos: será que alguma empresa privada que esteja tecnicamente falida, como está o Estado, iria na fase de maior dificuldade contratar mais gente para suprir funções que vinham até aqui sendo desempenhadas pelos quadros existentes? Claro que não! O que se passa nas empresas é precisamente o inverso, redução de pessoal para tentar segurar a empresa. Em Guimarães, na Câmara de Guimarães, a ordem é contratar. Isto, mais do que incapacidade ao nível da gestão de recursos humanos é abdicar de gerir os recursos humanos disponíveis, redistribuindo funções e tarefas. Esta proposta de Mapa de Pessoal é o maior sinal do esgotamento desta gestão socialista, que vive num mundo à parte, alheada da vida real". -----

Antes da discussão e votação dos documentos previsionais o Presidente da Câmara propôs à aprovação uma proposta que não constava da ordem do dia, o que foi aceite por unanimidade. -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – VIMÁGUA, EIM, SA –
DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

– Presente a seguinte proposta: A VIMÁGUA, Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA veio solicitar a designação de um novo representante da Câmara Municipal naquela empresa, considerando que o actual representante Armindo José Ferreira da Costa e Silva, que exerce funções de

Presidente do Conselho de Administração, se encontra ausente temporariamente por motivos de saúde, durante um prazo estimado de 30 dias. De acordo com o n.º 2 do art.º 21.º dos Estatutos da VIMÁGUA o Conselho de Administração não pode funcionar sem a presença da totalidade dos seus membros, em número de 3. Estando um desses membros ausente, por motivos devidamente justificados, é agora necessário indicar novo representante da Câmara para colmatar aquela lacuna e, assim, permitir que aquele órgão social funcione na sua plenitude. Neste contexto é necessário indicar, para aquele período, o representante da Câmara Municipal no Conselho de Administração, para o que proponho a designação do Vereador Dr. Domingos Bragança.” **DELIBERADO POR ESCRUTINIO**

SECRETO E UNANIMIDADE APROVAR. -----

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES PARA O ANO DE 2012 – Presente, em anexo, a

proposta respeitante ao Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal de Guimarães para o ano de 2012, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira, André Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

O Vereador José Manuel Antunes solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta ficasse transcrita em acta:

“A elaboração dos documentos em análise pelo executivo municipal, devido ao cansaço natural de uma liderança prolongada, perpassa a quem os leu e analisou uma sensação de trabalho fastidioso. Primeiro porque o executivo socialista assume que estes documentos não tem qualquer valor no que diz respeito



ao rigor dos números que neles são inscritos, o que é importante é colocar lá valores, depois a sua execução não é para cumprir, e por isso é quase um trabalho de copy/paste relativamente aos documentos do ano anterior. Infelizmente o tempo que vivemos e os próximos anos exigem que cada um de nós dê o melhor de si próprio e com humildade reconheça os tempos difíceis que aí vem e as políticas a dotar sejam as mais adequadas à situação de crise económica e social gravíssima com que nos vamos deparar. O ano de 2012 vai ser marcado pela CEC, mas como alguém dizia " há mais vida para além da CEC..." No relatório e contas de 2010 da Fundação Cidade Guimarães, está escrito que o Município tem uma dívida de 1.000.000 € à Fundação relativo ao capital fundacional que a nós compete. Como se compreende que no Plano e Orçamento de 2011 esteja dito " A estes montantes acresce a transferência de 2 milhões de euros para a FCG correspondentes ao remanescente do capital fundacional..." durante este ano de 2011 foi pago algum valor à FCG??? Como se compreende que no Plano e Orçamento de 2012 esteja dito " A estes montantes acresce a transferência de 1,8 milhões de euros para a FCG correspondentes ao remanescente do capital fundacional..." Qual é o verdadeiro compromisso da CMG com a FCG? Como sabemos a FCG contratualizou com a Oficina 15 milhões de euros para a programação cultural da CEC. Como se explica a necessidade de a CMG transferir em 2012 para a Oficina mais 2 milhões de euros para a programação cultural. Como e em quê vão ser gastas estas verbas? As afirmações que são feitas na página 9 no que diz respeito aos impostos, o mesmo texto que em 2011, não correspondem à verdade o IUC e a derrama não mantêm tendência decrescente, antes pelo contrário. A execução orçamental até ao 3º trimestre ultrapassa os 86%. No capítulo VI

Ambiente e Salubridade, no plano de 2011 estava escrito".. Finalmente refira-se a provisão de 7 milhões de euros para fazer face aos encargos pendentes com a AMAVE, relativa ao litigio judicial com a SUMA..." Como se compreende que no mesmo capitulo no plano de 2012 esteja dito ".. Finalmente refira-se a provisão de 6,9 milhões de euros para fazer face aos encargos pendentes com a AMAVE, relativa ao litigio judicial com a SUMA..." Houve algum desconto??? Não encontramos qualquer referência sobre a verba, mais de 5,67 milhões de euros, a transferir para o AVEPARK, como reforço do capital social".-----

Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima, apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "O documento que nos é presente para apreciação e deliberação é um documento estratégico em face do futuro de curto e médio prazo para a gestão do Município de Guimarães. Este documento assenta em três vetores essenciais, que são aliás os mesmos do ano antecedente: 1. Capital Europeia da Cultura, que é de longe aquele que conhece maior dotação orçamental. 2. Construção e apetrechamento de Centros Escolares. 3. Apoios sociais. Ora a verdade é que a CEC/2012, continua a representar parte substancial deste orçamento. Toda a discussão a ter em torno do evento – projetos, opções de requalificação de espaços públicos, edificações projetadas – está já feita a montante do momento presente; está feita e razoavelmente consensualizada, política e socialmente. Pelo que este momento, em que nos deparamos com um orçamento que contempla as rubricas financeiras tendentes a cumprir com as responsabilidades que o nosso Município já assumiu, é o momento de mera concretização financeira das opções que já antes foram discutidas e aprovadas. É o momento de converter num documento orçamental os projetos e



intervenções que nos incumbirão no âmbito da CEC/2012. Esse motivo, por si só, deve justificar que assumamos uma postura política que é por um lado de responsabilidade, viabilizando politicamente que a Câmara Municipal prossiga com os projectos relativos à CEC/2012, e por outro lado de convergência política, dando um sinal claro quando está em causa um evento que tem a potencialidade de projetar Guimarães internacionalmente e que, em conformidade, a todos deve unir nas suas traves mestras e documentos essenciais. Esta é a nossa posição política. E que será, em conformidade, vertida no sentido de voto por que optaremos. No entanto, e apesar do que vai dito, o presente documento fica muito aquém do desejado, muito aquém daquilo que faríamos, e sobretudo, muito aquém do que Guimarães merecia num ano em que vai capitanear a Europa cultural. Num ano tão importante para História de Guimarães, num ano em que Guimarães será Capital Europeia da Cultura, num ano que se poderia ambicionar ser de viragem, num ano de extraordinária visibilidade de Guimarães no estrangeiro, num ano que pode traçar a fronteira entre o pré-CEC e o pós-CEC, num ano com essa importância, a Câmara não é capaz de apresentar um texto de afirmação, um texto que projete uma política para o futuro, apresenta o Orçamento do Município com objetivos, e até um texto, que é quase uma cópia do orçamento do ano anterior. Abdicando de relançar as bases do futuro, até porventura nem conseguindo compreender o alcance histórico do momento presente. Limitando-se a aguardar pelos efeitos dos investimentos, abdicando de os projetar e direccionar com vista ao alcance de determinados objetivos. Por outro lado, apesar do texto do Orçamento referir "*a necessidade de participarmos na consolidação orçamental nacional*" não é apresentado um plano de

contenção de despesas, uma estratégia com vista à planificação dessa contenção. Apenas cortes e medidas casuísticas e pontuais. Apresenta-se, em texto, uma preocupação com a sustentabilidade dos equipamentos construídos no âmbito da CEC, mas não se apresenta nenhuma medida, nenhum projeto, por força do qual se pretenda assegurar essa sustentabilidade. Estamos, como sempre, nas mãos dos técnicos, seguindo cegamente o que nos disserem os estudos de sustentabilidade – que chegarão, paradoxalmente, já com os equipamentos construídos e a CEC a decorrer – abdicando o poder político de apontar caminhos e defender perspetivas com vista a assegurar essa sustentabilidade. Diz-se no texto que *“teremos que usar determinação para garantir as condições de sustentabilidade e pleno funcionamento de tais equipamentos”*, no entanto, essa determinação, fica-se pelo verbo, fica-se pelo plano de intenções. Talvez para 2013, quando se tratar de uma determinação já não ativa mas reativa. Por outro lado, manifesta-se a vontade de participar no esforço de consolidação nacional, contudo, apesar de haver indicações expressas com vista à redução das empresas municipais, este orçamento ignora totalmente essa determinação governamental. Não a antecipa, não se prepara para ela, não apresenta – como devia, e como estão a fazer outras câmaras – um plano de redução de empresas municipais e régie-cooperativas que aborde e prepare a redistribuição das respetivas funções. Mas a maior deceção deste orçamento é, como habitualmente, a participação do Município nas atividades económicas. Praticamente nula. Dedicar-lhe este Orçamento uma mísera meia folha, cheia de generalidades e vacuidades. Diz-se aí, inclusive, no que pode ser considerado uma excitação criativa do escriba, que se apostou na *“terciarização do nosso tecido industrial com a incorporação*



crescente de tecnologia", ou seja, a intenção da Câmara é terciarizar o tecido industrial, isto é, desindustrializando-o e transformando-o progressivamente em comércio e serviços, sendo que, por outro lado, tercerializa-o ou desindustrializa-o, apostando na incorporação de tecnologias, que é uma aposta que faz sentido essencialmente no setor industrial...Enfim, no que releva considerar verifica-se que numa altura de desemprego crescente no nosso concelho, numa altura de natural decréscimo da atividade económica, numa altura de crise, a Câmara nem uma folha completa dedica à atividade económica, nem uma medida apresenta de combate ao desemprego, nem uma medida ou projeto de captação de investimento, nada. Essencialmente, este é um documento que abdica de ser o "*principal instrumento de planificação e orientação estratégica*", como se diz na conclusão, é um documento com falta de visão para o futuro, com sinais de esgotamento político, próprio de fim de ciclo". -----

PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, EM LIQUIDAÇÃO, PARA O ANO DE 2012 – Presente, em anexo, a proposta respeitante ao Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em Liquidação, para o ano de 2012, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

PEDIDO DE AUTORIZAÇÕES À ASSEMBLEIA MUNICIPAL RELATIVAS À EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2012 – Presente a seguinte proposta: "A Câmara Municipal, para melhor e mais eficazmente executar as

actividades e acções previstas no Plano Plurianual de Investimentos, no Plano de Actividades e no Orçamento para o ano de 2012, propõe, nos termos da alínea a), do nº 6, do art.º 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugada com os nºs 2 a 4 do art.º 53º do mesmo diploma legal, apresentar à Assembleia Municipal os seguintes pedidos de autorização para serem apreciados e votados na sessão que aprovar aquele documento: 1 – Empréstimos – Autorização expressa para que a Câmara Municipal, nos termos da legislação em vigor, promova a negociação tendo em vista a contratação dos financiamentos que considerar necessários para a execução das seguintes operações: a) - Tesouraria – Autorização para a contratação de empréstimos de curto prazo necessários à cobertura, em tempo, de dificuldades financeiras, até ao limite previsto na lei (artigos 35º e seguintes da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro). b) - Médio e Longo Prazo - No âmbito das linhas de crédito CGD/BEI (Caixa Geral de Depósitos/Banco Europeu de Investimentos); No complemento de financiamento de projectos integrados, propostos pela Câmara aos Programas Comunitários; Em quaisquer outros financiamentos que se mostrem imprescindíveis à concretização do Plano e Orçamento de 2012. c) - Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE) – Autorização para a contratação de empréstimos de médio e longo prazos por parte da AMAVE, na proporção correspondente ao Município de Guimarães. 2 – Delegação de competências: 2.1 - Nas Juntas de Freguesia – Autorização para que as Juntas de Freguesia possam praticar actos de competência da Câmara Municipal, quando disso se considere resultar benefício para o interesse comum e desde que delegados por esta. 2.2 - Nas Entidades Empresariais Locais – Autorização para que estas



entidades possam assumir competências atribuídas, por lei, ao Município, designadamente através de celebração de contratos de gestão, quando disso se considere resultar benefício para o interesse comum e desde que tais competências sejam compatíveis com os respectivos objectos sociais estatutários e mereçam aprovação por parte da Câmara Municipal. 2.3 – Na Câmara Municipal - Alienação / oneração de prédios – Autorização para alienação ou oneração dos prédios rústicos ou urbanos, propriedade do Município de Guimarães, que se encontrem ou venham a estar desocupados ou devolutos, e cuja alienação ou oneração se traduza em benefícios de cariz social, cultural ou económico para o Município, sendo obrigatoriamente aprovados pela Câmara Municipal os regulamentos respeitantes aos correspondentes procedimentos legais (hasta pública ou outra modalidade prevista na lei)”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----
PELAS TREZE HORAS E QUINZE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----